

**ANEXO 04**  
**DECLARAÇÃO DE DIVISÃO DE ALUGUEL**  
(Declaração exclusiva para candidato que divide aluguel)

Eu, Luan Caetano Camargo, portador da carteira de identidade nº 7.120.755, e CPF nº 109.839.529-81, acadêmico(a) regularmente matriculado(a) no curso de Engenharia de Software da Universidade do Estado de Santa Catarina, declaro para os devidos fins e sob as penas da lei para comprovação do Cadastro Socioeconômico que divido com as pessoas abaixo nominadas e assinadas, os gastos de aluguel do imóvel situado no endereço Rua Curt José Rosenfelder, bairro Bela Vista, Ibirama - SC, nº 146, sendo que o valor total do aluguel é de R\$ 2060,00 (dois mil e sessenta reais (reajustado)) e que o valor mensal que cabe a mim contribuir é de R\$ 686,67 (seiscentos e oitenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

**Anexar cópia do contrato de aluguel.**

Nome e assinatura dos demais moradores:

1. Nome Completo (legível): Julio César dos Santos.

Assinatura e telefone: +55 (47) 99169-6440

2. Nome Completo (legível): Erick Eduardo dos Santos.

Assinatura e telefone: +55 (47) 99201-3303

Declaro ainda que as informações acima apresentadas são verdadeiras e estou ciente de que a omissão de informações ou apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cancelamento da inscrição/benefício.

Autorizo ainda o Serviço Social e a Secretaria de Assuntos Estudantis da UDESC a averiguar a informação acima.

Documento assinado digitalmente  
 **LUAN CAETANO CAMARGO**  
Data: 07/04/2026 00:46:28-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Data: 06/04/2026

Documento assinado digitalmente  
 **JULIO CESAR DOS SANTOS**  
Data: 06/04/2026 22:25:53-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente  
 **ERICK EDUARDO DOS SANTOS**  
Data: 06/04/2026 22:28:06-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Assinatura da(o) Declarante**

Declaro ainda ciente da Lei Nº 2.848 de 1940 (Código Penal) em seu Artigo 301, Parágrafo 1º: “Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem: Pena - detenção, de três meses a dois anos”.